



A taxa geral de aprovação atingiu, este ano lectivo, os noventa por cento dos alunos. Para o próximo ano estão garantidas 917 vagas, entre graduação e pós-graduação. Há 281 bolsas já garantidas. A Universidade está aí. Estas e outras informações na entrevista da ministra da Educação e valorização dos Recursos Humanos, Filomena Martins, que considera o ano de 2004 um ano muito bom para a educação, um ano em que foram tomadas medidas muito corajosas, prenunciando novos tempos e novos desafios.

ENTREVISTA COM FILOMENA MARTINS

Págs. 2, 3, 4 e 5

30 ANOS DE INDEPENDENCIA



KABUVERDI: NÓS ORGULIU
NÓS SERTÉZA

A Semana não sai em Agosto

Por razões ponderosas, entre elas os sistemáticos cortes de energia, A Semana avisa que estará ausente das bancas no mês de Agosto. Promete voltar em Setembro, com mais força, à companhia dos seus leitores. Mas a equipa da A Semana estará todos os dias no seu site, www.asemana.cv online, para cumprir o seu compromisso com os cabo-verdianos e com Cabo Verde. Informando no [asemana online](http://asemana.online).

DGAE e CNE preparam eleições

Mais de 34 mil novos eleitores recenseados

Pág. 13

JUSTIÇA

Inquérito à cadeia de São Vicente

Pág. 15

CORREIO DAS ILHAS

Câmara da Boa Vista vende terrenos privados à revelia dos donos

Págs. 10 - 11

ELECTRA PREVÊ NOVA CRISE EM SETEMBRO, NA PRAIA

in CÍFRÃO

ESTADO DA NAÇÃO, ÚLTIMO EMBATE

Pág. 9



“Foram tomadas

A taxa geral de aprovação atingiu, este ano lectivo, os noventa por cento dos alunos. Satisfeita com esses resultados, a ministra Filomena Martins garante que a nova aposta da Educação é socializar o ensino técnico e a formação profissional entre os jovens. Mas um dos grandes desafios do Ministério da Educação é erguer a Universidade de Cabo Verde embora, para a ministra, a UCV seja já uma vivência real.

Por: **KIM-ZÉ BRITO**

A Semana – Como responsável máxima do sector do ensino, que nota atribuiria ao ano lectivo findo?

Filomena Martins – Uma nota positiva, sem dúvida nenhuma. O ano 2004-05 decorreu dentro de todas as perspectivas de normalidade e permitiu-nos consolidar medidas anteriormente implementadas e aperfeiçoar outras. Foi um ano muito bom em vários domínios: aproveitamento escolar dos alunos, manutenção e conservação do equipamento escolar, apetrechamento das escolas, laboratórios e oficinas...

AS – Uma sondagem do “Afrobarómetro” deu nota positiva ao desempenho do sector do ensino. Sentiu-se particularmente elogiada com o resultado dessa pesquisa?

FM – Penso que é um elogio à acção do Governo. Foram tomadas muitas medidas muito cora-

josas no domínio da Educação, que nem sempre foram vistas com simpatia num primeiro momento. No entanto, elas trouxeram melhorias significativas ao sector da Educação, provando não serem medidas avulsas, mas sim acções definitivas, dentro de uma visão estratégica para o sector da Educação e formação em Cabo Verde.

AS – Poderia especificar essas medidas?

FM – Instituímos um novo modelo de gestão e funcionamento dos estabelecimentos do Ensino Secundário, dando às escolas mais autonomia administrativa e financeira, assente no novo regime do pagamento de propinas; criámos um dispositivo transitório para proteger as alunas grávidas no Ensino Secundário; aproximámos a comunidade das escolas, dando assento aos pais na assembleia das mesmas... reformulámos o sector das bolsas de estudo, introduzindo e clarificando os elementos de igualdade e acção social. Algumas dessas medidas geraram, num primeiro instante, alguma polémica, as pessoas não conseguiam entender o alcance delas. Volvidos três anos, temos a prova de que foram decisões acertadas e correctivas.

AS – Falando dos objectivos do milénio, considera-se a eventualidade de se alargar a escolaridade obrigatória de seis para oito anos, numa perspectiva de educação para todos. Isto está realmente nos planos do ministério da Educação?

FM – O Plano Estratégico da Educação prevê 6 anos de escolaridade obrigatória gratuitos e a generalização do Tronco Comum. Isto é, já começámos a rever os critérios de acesso e permanência neste primeiro ciclo ao mesmo tempo que alargámos a rede escolar e formámos professores, o que nos conduziu à harmonização e interacção com a Formação Profissional. Alargámos a faixa etária e o número de reprovações, dando mais oportunidades aos jovens cabo-verdianos.

ENSINO TÉCNICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

AS – O ensino técnico é hoje uma alternativa para os jovens cabo-verdianos?

FM – Indiscutivelmente! Pela primeira vez,

medidas muito corajosas na Educação”

em 2005-06, Cabo Verde terá um sistema de ensino secundário via técnica absolutamente montado. Trabalhamos, ao mesmo tempo, em várias dimensões, nomeadamente nos planos de estudos, currículos e na formação de formadores. Está em curso um programa de formação de formadores no país e no exterior, no final do qual teremos mais de 400 professores com o perfil adequado para o ensino técnico. Por outro lado, apetrechámos as oficinas e laboratórios das escolas técnicas, particularmente a Escola Técnica do Mindelo, que foi abandonada durante os anos 1995-96.

Também agimos na formação de gestores para os estabelecimentos do ensino técnico... Foram criadas nas escolas técnicas unidades formativas que se articulam com a formação profissional, conferindo certificados do nível I a V.

AS – Da forma como coloca a ênfase na vertente ensino técnico e formação profissional dá a impressão que é a grande aposta do governo no sector da Educação.

FM – É uma das grandes apostas. Hoje, para criarmos competências internas e transformarmos Cabo Verde num país com projecção internacional, não podemos menosprezar a formação profissional. Temos de ter quadros médios técnico-profissionais que consigam, num curto espaço de tempo, gerar capacidades internas e contribuir para o desenvolvimento económico do país. Nenhum país consegue ser competitivo sem quadros técnicos e profissionais.

É preciso que deixemos de ver o ensino superior como a única saída possível para os jovens, embora continuemos a apostar fortemente nele. Basta referir que aumentamos as ofertas nacionais nesse nível e, de 700 alunos, em 2000, hoje temos mais de 3000. Estamos no processo de implementação da Universidade Pública.

AS – Deixou entender num encontro com a classe docente – a quando da apresentação do novo figurino para o ensino técnico – que a Educação quer desmistificar a ideia de que a formação técnica é destinada apenas aos mais carenciados e aos alunos menos aptos. É isto?

FM – A formação profissional começa a deixar de ser vista como uma saída para os mais pobres, uma saída para os ‘carenciados intelectualmente’ mas sim como uma opção de desenvolvimento para o país e assumida como vocação (...) e aptidão inerente ao sujeito.

AS – O sector empresarial tem criticado a ausência de técnicos especializados em determinadas profissões. Essa aposta no ensino técnico vem dar resposta a esse tipo de reclamação?

FM – O Ministério da Educação tem procurado reforçar a parceria com o privado e com o sector empresarial. Queremos que os jovens possam entrar imediatamente no mercado, logo após a formação. Para que isso possa acontecer, tivemos de fazer um levantamento das ne-

cessidades do mercado do trabalho, do perfil dos técnicos que as empresas necessitam. A formação está a ser implementada de acordo com as necessidades do mercado.

CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

AS – Está satisfeita com o nível de parceria existente entre a sua tutela e o sector privado?

FM – É certo que precisamos fazer um percurso ainda muito maior no sentido de reforçarmos a parceria com o sector privado e empresarial. Neste sentido, todo o pacote legislativo para a formação profissional implica a presença activa das empresas. Pela primeira vez vamos ter um plano estratégico de formação profissional, que já prevê o assento permanente das empresas nos órgãos de decisão e consultivos.

Há poucos dias aprovámos os últimos decretos-leis para a formação profissional. Cabo Verde dispõe, também pela primeira vez, de um sistema de formação profissional. Constituímos o Regime Jurídico em 2004 e já aprovámos todos os decretos que consubstanciam esse regime, seja a Acreditação das entidades formadoras, o Estatuto dos centros de formação, o estatuto do formador e do formando.

AS – Falando da certificação, há pessoas que fazem um percurso profissional mas que não têm um diploma a comprovar as suas competências técnicas. Essa certificação vai auxiliar esses profissionais nas suas carreiras?

FM – Sem dúvida. Neste momento temos um regime que nos permite valorizar e avaliar toda a experiência adquirida por um profissional ao longo de anos de trabalho, mas que, por razões diversas, nunca teve a oportunidade de fazer uma formação específica. As pessoas têm experiência, são competentes, mas não se lhes atribuiu um certificado. Isso as prejudicava porque acabavam por ser vistas como agentes de menor importância. Isto acabou.

AS – Como serão certificadas essas pessoas?

FM – O centro de emprego e formação profissional constituirá um júri ad-hoc, as pessoas serão avaliadas em contexto de trabalho e, considerando ainda a escolaridade de base, serão enquadradas no nível adequado e ser-lhes-á passado um certificado de aptidão profissional.

“A CLASSE DOCENTE TEM ESTADO CALMA”

AS – Este ano, a classe docente levantou a hipótese de fazer uma manifestação seguida de uma greve. Como vai a relação entre a tutela e os professores?

FM – Penso que essa relação nunca foi tão boa como é neste momento. Temos um ambiente de diálogo, de respeito, um ambiente em que, a partir da aprovação do Estatuto do Pes-

soal Docente, conseguimos mexer na carreira de quase seis mil professores. Significa que as reclassificações, progressões, subsídios de carga horária e promoções foram desbloqueados. Hoje os professores começam a sentir que os seus direitos estão a ser respeitados. Trata-se de um processo lento porque a carreira ficou bloqueada durante muitos anos. A lei-medida aprovada, que permite a promoção dos professores e de todos os agentes da administração pública que tenham o dobro do tempo de serviço, e com bom desempenho de avaliação, vai permitir que muitos professores vejam o seu vencimento bastante melhorado. Isto não acontecia em Cabo Verde há mais de quinze anos.

A classe docente tem estado calma e está consciente que, apesar de ainda não termos definido tudo o que desejamos, estamos bem longe do cenário de 2001. A ameaça de greve tinha a ver com uma situação específica, relacionada com os professores do EBI que tinham concluído a sua formação no Instituto Pedagógico. Estes professores ainda não tinham sido reclassificados. Mas provámos que o processo estava em tramitação interna e a questão foi ultrapassada.

AS – Com o novo Estatuto da classe docente, há professores que vão para a reforma com trinta e dois anos de serviço ou 55 anos de idade. Daqui a algum tempo teremos vários professores a passar à reforma. No caso da Alfabetização, onde a média de idade dos docentes ultrapassa os quarenta anos, corre-se o risco de haver um vazio?

FM – O Estatuto da carreira docente foi analisado no seu todo e esta questão não é real. Os quadros que temos na Alfabetização de Adultos são antigos mas também temos quadros jovens. Nunca se colocará a questão dos vazios. A população cabo-verdiana é essencialmente jovem, por isso teremos sempre jovens formados para preencher as vagas.

A própria reforma, nas condições em que referiu – 32 anos de serviço ou 55 anos de idade –, era uma reivindicação antiga e legítima dos professores. Com este Governo, isto foi realizado.

AS – Aproveitando o facto de estarmos no domínio da Alfabetização, o Governo traçou como meta a erradicação do analfabetismo. Até quando?

FM – Um dos objectivos da Educação para Todos é a diminuição da taxa de analfabetismo para cinco por cento, na faixa etária dos 15-49 anos, até 2015.

Num primeiro momento, diminuimos a taxa de 60% do analfabetismo que tínhamos em 1975, para 25 por cento, em 2001. Neste momento, a taxa situa-se entre os 21 e 22 por cento. Temos todos os requisitos para diminuirmos a taxa para 5 por cento, até 2015. E Cabo Verde é considerado um exemplo em África no domínio do combate ao analfabetismo.

AS – E o analfabetismo de retorno tem estado sob controlo?

FM – Está controlado o analfabetismo de

retorno e o funcional. Isto permitiu à Direcção de Alfabetização e Educação de Adultos (DGA-EA) alargar o domínio da sua acção interventiva. Neste momento, não se resume apenas à redução do analfabetismo, estendeu-se à formação profissional. É preciso dizer que a Alfabetização tem tido um papel positivo no campo da formação profissional nas comunidades carentes. Uma outra área que está a receber a acção da DGAEA é a do Ensino Recorrente, destinado aos alunos que abandonaram o sistema formal de ensino. Está a fazer uma experiência nova no tronco comum.

ENSINO SUPERIOR

AS – Além da Universidade, quais são os outros projectos que o MEVRH tem em mãos na área do Ensino Superior?

FM – Temos este grande desafio que é a criação e implementação da Universidade Pública mas, por si só, não constitui toda a base de sustentação do ES. Paralelamente, estamos a elaborar o Plano Estratégico do Ensino Superior e também a legislação para a organização, ordenamento e normalização desse nível de ensino.

Dispomos de várias instituições públicas e privadas no país mas sentia-se, de alguma forma, um vazio legislativo. Não havia um pacote jurídico-legal que enquadrasse o ensino superior. Começamos a elaborá-lo.

Já temos também um primeiro draft para aquilo que estamos a considerar o Estatuto do ensino superior privado. Temos instituições do ensino privado a funcionar, que são parceiros extraordinários da Educação, mas, neste momento, assistimos a uma forte demanda de outras instituições para se instalarem no país. É o caso da Universidade Lusófona e do ISNAV, de Portugal. Ambas querem vir trabalhar conosco. É preciso que comecemos a preparar o Estatuto do ensino superior privado para darmos garantias de que as formações ministradas serão de qualidade.

AS – Cabo Verde poderá passar a receber bolsseiros estrangeiros, uma vez estruturada essa rede do Ensino Superior?

FM – Sem dúvida. Gozamos de uma posição privilegiada em termos de desenvolvimento dos recursos humanos. O Instituto Pedagógico de Cabo Verde tem estado a fazer experiências com São Tomé, Guiné-Bissau, Moçambique, porque estamos num estado de desenvolvimento mais avançado. Estamos a trabalhar com esses países as parcerias nos domínios dos planos de estudos, currículos, etc. Paralelamente temos estado a receber jovens quadros de São Tomé, para fazerem formação no Instituto Pedagógico.

O ISE está também a caminhar nessa direcção; o ISECMAR já recebe estudantes de Angola e Moçambique... Significa que estamos a preparar-nos cada vez melhor para podermos receber os estudantes dos PALOP e da nossa Costa Ocidental. Não estamos a pensar

Sexta-feira, 29 de Julho de 2005

Actualidade

VAGAS E BOLSAS DE ESTUDO

AS – Uma das curiosidades dos alunos é saber quantas vagas e bolsas vão existir no próximo ano lectivo para formação no exterior. Poderia concretizar este número? E a nível interno, qual é a disponibilidade para o Ensino Superior?

FM – Neste momento temos garantidas 917 vagas, entre graduação e pós-graduação. Há países cuja concretização da oferta virá proximamente e outros, como Brasil e Canárias, que não estabelecem limite. Relativamente a bolsas, neste momento contamos com 281, entre as do Governo e as de países amigos. Ainda faltam indicações de outros países relativamente ao número de bolsas que deverão atribuir.

A nível interno, e relativamente a vagas, devemos dizer que

todas as instituições receberão alunos do 1.º ano mas, neste momento, não se pode determinar o número exacto porque ainda não foram abertas as inscrições. O número de bolsas ainda não está definido, no país.

AS – Quais têm sido os cursos mais solicitados pelos estudantes e qual o país que recebe mais bolsseiros cabo-verdianos?

FM – Os cursos mais solicitados são para Portugal e têm sido na área das Engenharias, sobretudo Engenharia Informática e Engenharia Informática e de Computadores, Engenharia Electrotécnica e Engenharia Eléctrica e Electrónica. Relativamente ao Brasil, tem sido a Medicina. Portugal é o país que mais alunos recebe,

tanto para formação por conta própria, como bolsseiros.

AS – Antigamente havia muita relutância dos alunos em fazerem formação nos países africanos. O quadro está a mudar ou ainda há muita dificuldade para se enviar bolsseiros para a África?

FM – A formação em África deixou de ser problema para os estudantes cabo-verdianos. Vão para os países africanos como vão para os de quaisquer outro continente. A título de exemplo: no ano passado, para 11 bolsas para a Argélia candidataram-se 22 alunos; de 11 bolsas para o Senegal registámos 63 candidatos. Além desses países, temos estudantes em Marrocos, em Moçambique, na Tunísia, etc.

Mais onze liceus



É uma grande conquista quando dizemos que o ensino técnico e a formação profissional foi uma grande aposta deste governo. Penso que as medidas e os resultados estão bem patentes. Reactivar o centro de formação de Variante, reabrir S. Jorginho, transformar o Ex-IFAP numa sala polivalente de formação profissional são conquistas extraordinárias. Isto sem contar com o novo centro de formação profissional a ser construído para a região Fogo e Brava.

⇒ no Ensino Superior apenas para as nossas necessidades internas mas também para podermos estender a nossa experiência a todos os PALOP's.

AS – A seu tempo, o nosso mercado será "atacado" por um número elevado de alunos diplomados. Como será feita a captação dessa mão-de-obra?

FM – Teremos de trabalhar no sentido de formarmos os nossos quadros e eles terem enquadramento noutros países. Desde já estamos a trabalhar a nível dos PALOP visando a mobilidade de quadros para Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, etc. Queremos que os nossos quadros, ao serem formados, não fiquem confinados ao território nacional. Aliás, a Declaração de Bolonha que cria o Espaço Europeu do Ensino Superior, também... A CPLP também discute já a criação de um Ensino Superior Lusófono.

AS – Toda essa transformação em curso a nível do sector do ensino está a provocar uma concorrência na classe docente? Melhor dizendo, os professores estão a sentir essa necessidade de estarem sempre informados e preparados para aumentarem o seu nível de formação e não serem ultrapassados pela concorrência interna?

FM – O novo Estatuto do pessoal docente prevê e incentiva os professores a aumentarem continuamente a sua formação. Um professor do Ensino Básico é incentivado a fazer a licenciatura e a manter-se, querendo, nesse nível de ensino. Mas, se quiser optar, poderá passar para o Ensino Secundário, fazendo um outro tipo de formação. Dentro do Ensino Secundário, estamos a criar cada vez mais incentivos para que os professores façam o mestrado e o doutoramento e possam aspirar a outros níveis de ensino.

AS – Estamos, então, perante um alargamento da carreira do professor?

FM – Sem dúvida. Actualmente, a carreira abarca todos os níveis. Já tivemos apenas professores sem formação específica; depois passamos a ter professores com bacharelato; depois passamos a ter com licenciatura. Neste momento temos professores com bacharelato, licenciatura, mestrado, doutoramento... Significa que a carreira docente tem que abarcar todos esses níveis de professores, que têm formações díspares. E proporcionar-lhes condições de trabalho e remuneração compatíveis.

AS – Como está a ser a sustentabilidade financeira deste novo sistema?

FM – Esta questão está equacionada. Por isso temos estado a ir gradualmente. Não conseguimos dar todas as condições de imediato. Mas, o próprio sistema vai gerando as suas capacidades internas de auto-sustentabilidade.

de. Mas são questões que o Estado tem equacionado dentro do desenvolvimento do país.

AS – Queria saber é se o MEVRH tem estado a despender elevadas somas para preparar todo esse terreno de progressão do professorado e do desenvolvimento do próprio sistema de ensino?

FM – O Governo tem feito um esforço financeiro extraordinário nesse sentido, consciente das injustiças cometidas ao longo destes anos em relação ao corpo docente. Assim, o Governo sentiu essa necessidade de tentar minimizar as situações de injustiça. Por isso fez o levantamento de custos necessários para se poder desbloquear a carreira do docente e da função pública mas sem pôr em causa a capacidade financeira do país.

CONTROLO E EFICÁCIA NAS FINANÇAS

AS – No Conselho Alargado realizado este mês, concluiu-se que "o aspecto inovador" saído dessa reunião foi a "socialização e apropriação das orientações para o chamado Quadro de Despesas Sectoriais a Médio Prazo". Poderia clarificar este conceito?

FM – Isto tem a ver com o novo figurino de ajuda ao desenvolvimento. Estamos a entrar na fase da ajuda orçamental e temos de ter a noção de como rentabilizar, racionalizar e também controlar todo o financiamento colocado à nossa disposição. O quadro de despesas sectorial 2005/07 vai permitir a racionalização, a rentabilização, o controlo e a eficácia dos recursos financeiros no âmbito da ajuda ao desenvolvimento.

AS – Esta preocupação leva a supor que tem havido esbanjamento no sector do ensino?

FM – Nada disso. Os nossos parceiros elogiam toda a gestão feita ao nível da governação e pelo ministério da Educação. Os financiamentos têm um retorno objectivo e expressivo na sociedade. Isso tem a ver com o novo modelo de ajuda orçamental. É posto um financiamento à nossa disposição e decidimos o que fazer e como usar o dinheiro.

AS – Para o próximo ano, será feita a reabertura dos centros de formação de S. Jorginho, Variante e a transformação do Ex-IFAP – Instituto de Formação e Aperfeiçoamento Profissional - num centro de formação polivalente...

FM – ... É uma grande conquista quando dizemos que o ensino técnico e a formação profissional foi uma grande aposta deste governo. Penso que as medidas e os resultados estão bem patentes. Reactivar o centro de formação de Variante, reabrir S. Jorginho, transformar o Ex-IFAP numa sala polivalente de

formação profissional são conquistas extraordinárias. Isto sem contar com o novo centro de formação profissional a ser construído para a região Fogo e Brava. Significa que estamos a criar em todas as ilhas uma dinâmica de formação técnico-profissional que irá proporcionar a todos os cabo-verdianos uma possibilidade de formação e o sustento directo. Isto porque a formação profissional visa a inserção no mercado activo de trabalho.

Não podemos esquecer que criámos todos os pólos de desenvolvimento de formação profissional, que são estruturas locais ou regionais que definem as necessidades de formação profissional em articulação com as escolas técnicas, ONGs, os centros de emprego, visando o desenvolvimento local ou regional.

ENSINO BÁSICO TENDE A DIMINUIR

AS – Passando para as perspectivas do próximo ano lectivo, no tocante à movimentação dos estudantes entre os níveis de ensino. O Ministério já tem uma noção da quantidade de alunos que passaram do EBI para o Secundário?

FM – Temos a noção porque o ano lectivo e as avaliações já terminaram.

AS – Como é que o sistema vai absorver essa flutuação entre o EBI e o ES?

FM – Não há constrangimentos de maior porque normalmente a média oscila entre esses números. Cada Delegação costuma fazer um levantamento do número de alunos que saíram da sexta classe e trabalhar com as escolas do ensino secundário no enquadramento dos alunos. Não temos identificado nenhum problema especial.

AS – A matrícula dos alunos vai decorrer de forma normal em todas as ilhas?

FM – Está garantida. Será muito bom que isto aconteça este ano porque, além de termos conseguido em 2004 que todos os concelhos tivessem um estabelecimento do ensino secundário, este ano teremos também o terceiro ciclo – 11º e 12º anos – em todos os concelhos. Os alunos saem do EBI e passam para o Secundário num processo absolutamente normal e continuamos a alargar o Secundário em todo o país, com o terceiro ciclo.

AS – Fala-se numa projecção, segundo a qual, o nível de procura no EBI vai abrandar – devido ao abaixamento da taxa de natalidade – e que, em contrapartida, haverá uma sobrecarga no Secundário. E, segundo dados, este fenómeno começa a ser notado. Confirma?

FM – De facto há uma tendência para a diminuição dos efectivos no Ensino Básico. Mas isto irá acontecer com mais intensidade no período de 10 a 15 anos. Até lá, temos algumas localidades que continuam a obrigar à ampliação de algumas escolas. Ou, num ou outro concelho, talvez haja a necessidade de construção de mais uma escola... A tendência nacional é para a diminuição, mas ainda há concelhos onde a tendência é para o aumento.

AS – Isto tem a ver com a densidade populacional dessas zonas?

FM – Tem a ver com a densidade populacional, com o planeamento, com o meio, enfim, são factores que condicionam e acabam por afectar essa taxa demográfica. A tendência nacional é para o abrandamento dos efectivos do EBI, mas nada que seja para daqui a dois anos. A nível do Ensino Secundário temos uma expansão. Por isso é que já iniciámos a construção ou ampliação de mais onze liceus.

AS – Onde é que serão construídos?

FM – Serão construídos em Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista, S. Nicolau.

AS – Qual será a média da capacidade de absorção de alunos desses novos liceus?

FM – Ao mesmo tempo que construímos mais escolas, queremos diminuir o contingente de alunos nas escolas secundárias. Por exemplo, a escola de Santa Catarina tem cer-

ca de cinco mil alunos. Vamos diminuir a população estudantil nessa escola, construindo o liceu de Achada Falcão. A construção de novas escolas visa receber o aumento de efectivos, mas também diminuir a densidade de alguns estabelecimentos já existentes.

AS – Apesar da elevada taxa de aprovação, quais as disciplinas que continuam a aterrirar os alunos cabo-verdianos?

FM – As tradicionais, com destaque para a matemática. No EBI, estamos a reforçar as técnicas da língua portuguesa e da matemática; no Secundário, a revisão aponta para a necessidade de novas metodologias, novos currículos e a modernização dos planos de estudos. Mas continua a ser a matemática e a física as disciplinas consideradas mais complicadas.

AS – E houve muitas reprovações nessas duas disciplinas?

FM – Nada que seja diferente dos outros anos. Nada de especial.

MAIS CABO VERDE NAS AULAS

AS – Como está a decorrer a introdução de matérias genuinamente cabo-verdianas no currículo escolar?

FM – Temos que melhorar consideravelmente esta vertente. Foi introduzida a disciplina de História e Cultura Cabo-verdiana mas ela precisa ser repensada. No âmbito da revisão curricular para o Ensino Secundário, já equacionámos os conteúdos programáticos para essa disciplina. Estamos a trabalhar com os nossos historiadores e investigadores no sentido de termos bibliografias, textos de investigação para se poder fazer essa formação de forma correcta.

AS – A juventude cabo-verdiana ainda não conhece a nossa história?

FM – Sentimos que os nossos jovens desconhecem vários aspectos da nossa história. Neste ano do trigésimo aniversário da Independência de Cabo Verde houve uma necessidade enorme de se publicar brochuras com dados sobre a história deste arquipélago, porque não houve essa preocupação no passado.

AS – No entanto vários grupos de alunos costumam procurar os arquivos da imprensa escrita para fazerem consultas sobre a cultura cabo-verdiana. Essas pesquisas enquadram-se, segundo dizem, nos trabalhos solicitados pelos professores.

FM – Isto confirma o esforço de se levar os alunos a saberem mais sobre aquilo que é nosso. Mas há ainda uma fragilidade na oferta da história cultural cabo-verdiana. Por isso a prioridade é reforçar essa acção para que os alunos possam ter acesso a um acervo bibliográfico.

COM O LEME DO ENSINO NA MÃO

AS – Foi professora, agora é ministra da Educação. O seu olhar sobre o ensino mudou?

FM – Não direi que mudou. Tenho uma análise racional das coisas, mas também pouco afectiva e emotiva, por ser professora. Neste momento tenho uma visão mais abrangente do sistema e mais responsabilidade.

AS – Quando se encontra informalmente com os colegas de profissão, como é que se desenrola esse encontro? Recebe críticas, elogios, conselhos?...

FM – Quando estamos a conversar num ambiente informal, falamos de professor para professor e não de professor para ministra. Falamos de problemas que já foram resolvidos, de problemas antigos que persistem - mas que estão em vias de solução -, falamos também de muitas preocupações conjuntas e que hoje conseguimos analisar de forma diferente.

AS – E amanhã, quando voltar a assumir o papel de professora?...

FM – ... Espero encontrar um corpo docente com melhores condições de trabalho e de evolução do que quando saí em 2001.

Universidade - uma questão de orgulho nacional



Encarada como uma questão de orgulho nacional, a Universidade de Cabo Verde avança e, para a ministra Filomena Martins, ela é já uma vivência. O figurino defendido aponta para a construção de uma Reitoria e a implementação de campos universitários nas estruturas do ensino superior.

AS - Chegou a afirmar que a Universidade de Cabo Verde é para hoje. A Universidade tornou-se numa questão de orgulho nacional?

FM - Penso que sim. Será um orgulho para qualquer cabo-verdiano, pois conseguimos fazer coincidir os trinta anos da Independência com o ano do início do processo da criação e implementação da primeira universidade pública de Cabo Verde. A Universidade é para hoje (...) é já uma vivência.

Quando digo que é para hoje é porque o processo está em curso. Já desenhámos o modelo de governação, o plano de formação avançada está em curso, as áreas de formação também já estão identificadas, os níveis académicos também... Estas acções são uma realidade hoje. A Universidade está aí. Paralelamente, todas as instituições públicas do ensino superior foram e continuam a ser preparadas para fazerem um upgrade para serem um núcleo embrionário da universidade.

AS - Como está a ser equacionada a questão da regionalização da UCV? Vamos ou não ter pólos em algumas ilhas?

FM - Esta questão tem estado a ser levantada. Os pólos nunca foram uma questão preocupante para o Governo e a comissão instaladora. Sempre se partiu do pressuposto que não teríamos pólos universitários, no sentido tradicional do termo. Por exemplo, os Açores, as Canárias, que são também arquipélagos, e que adoptaram o modelo dos pólos, aconselharam-nos a não repetir essa experiência, porque foi um fracasso.

AS - Qual será então o modelo a ser seguido?

FM - Sempre pensamos a universidade com a ideia de estabelecermos campus universitários. Significa que onde temos já as infra-estruturas e um bom número de docentes preparados para essa área, aí será um campo universitário. Não temos capacidade financeira nem humana para multiplicarmos os pólos, se quisermos com responsabilidade falar de Universidade com qualidade e com responsabilidade nacional.

AS - Qual a diferença básica entre um pólo e um campo universitário?

FM - A diferença é que o pólo acaba por ser uma outra universidade, em todos os sentidos. Implica o financiamento, os recursos humanos, a área administrativa... Os pólos são pequenas universidades. O campus vai ao encontro daquilo que já esboçamos no ensino superior mas com a devida evolução.

AS - Haverá alguma diferença de formação entre um aluno que estudar num campo universitário e outro que esteja, digamos, na sede da Universidade de Cabo Verde?

FM - Acontece que não haverá a sede no sentido tradicional. Não teremos nenhuma diferença entre um aluno formado num campus em Santiago e outro formado em S. Vicente. Até porque as ofertas de formação serão distintas. As engenharias, por exemplo, estarão todas no campus universitário do ISECMAR, enquanto que outras áreas estarão no ISE, INAC e por aí adiante. Não haverá, portanto, nenhuma diferença em termos de qualidade, projecção ou prestígio social.

AS - As pessoas estarão à espera de ver um edifício que incorpore a instituição Universidade de Cabo Verde. Mas deixa entender que não será esse o figurino.

FM - Haverá uma infra-estrutura que corresponda, digamos, à Reitoria. Dispomos de infra-estruturas do ensino superior que serão capacitadas para albergar os campos universitários. Não faz sentido estarmos a fazer assentar a génese da nossa universidade com as infra-estruturas, embora tenhamos que as construir.

AS - Mas, para poderem desempenhar essa função, essas infra-estruturas terão de receber remodelações, ou não será preciso?



FM - Sem dúvida. Cada instituição do ensino superior tem que sofrer uma expansão a nível das infra-estruturas, dos recursos humanos e administrativo, mas tudo isso está equacionado. É este conjunto de acções e outras que fazem aquilo que denominamos o upgrade dessas instituições.

AS - Neste momento vários estudantes preferem fazer a sua formação superior no país. Com a Universidade a funcionar em pleno, vai haver um abrandamento na saída dos alunos para o exterior?

FM - A tendência normal é para diminuirmos a formação no exterior, por várias razões. Primeiro, porque os nossos parceiros internacionais têm diminuído as vagas e as bolsas; segundo, o próprio Estado não consegue suportar essa despesa por muito mais tempo; terceiro, as famílias têm dificuldades em suportar os custos com os estudantes no estrangeiro. A partir do momento em que formos aumentando as ofertas

nacionais, em todas as áreas de formação, os jovens farão as suas opções, num ensino no país e com qualidade e com a cobertura de alguma acção social.

Quem entender que tem condições financeiras para suportar uma formação no exterior, nada o impedirá. Continuaremos a ter parcerias com os países.

AS - O país dispõe de quadros nacionais capazes para sustentar a Universidade de Cabo Verde?

FM - Neste momento dispomos de um número considerável de licenciados, mestre e doutorados mas precisamos de mais. Queremos dar sustentabilidade pedagógica, curricular e científica à Universidade. Uma das vertentes que a comissão instaladora equacionou, e que está de acordo com a direcção geral do ensino superior, foi a questão da formação. Temos estado desde 2002 a disponibilizar bolsas para mestrado e doutoramento.

DGAE E CNE PREPARAM O NOVO ACTO ELEITORAL

O processo de actualização do recenseamento eleitoral, que termina no dia 31 deste mês, vai culminar com a inscrição de mais de 34 mil novos eleitores. A perspectiva é do Director- Geral da Administração Eleitoral, Nuías Silva, para quem os dados provisórios superam de longe as previsões iniciais da DGAE. Enquanto isso, o presidente da CNE, Bartolomeu Varela, chefia uma missão que, a partir da próxima segunda-feira, visita os EUA e Portugal. Nesses dois países, Varela e os seus companheiros de viagem pensam estabelecer contactos com as missões diplomáticas e consulares de Cabo Verde, as CRE's, representantes de partidos políticos e cabo-verdianos ali radicados, no âmbito da preparação das eleições legislativas e presidenciais de 2006 em Cabo Verde.

Por: ALÍRIO DE PINA



Mais de 34 mil novos eleitores recenseados

Mais de 34 mil novos eleitores serão recenseados até 31 de Julho, data em que termina o processo de actualização dos cadernos eleitorais no estrangeiro. Estes serão expostos de 16 a 31 de Agosto, para consulta e eventuais reclamações.

O Director-Geral da Administração Eleitoral avança que os dados provisórios superam de longe as previsões iniciais. É que, segundo Nuías Silva, Cabo Verde terá mais de 320 mil cidadãos aptos a exercerem o seu direito de voto nas eleições legislativas e presidenciais de 2006, contra os 285 mil recenseados em 2004.

Silva precisa que, no que concerne aos círculos da emigração, 18.260 novos cidadãos se encontram já inscritos. Um número que poderá, conforme as previsões da DGAE, ultrapassar os 20 mil eleitores, já que ainda falta introduzir os dados do Senegal, Áustria,

Suíça e Cuba. Portugal é o país do Círculo da Europa onde os emigrantes se recensearam em maior número: 9.576 novos inscritos, que se vêm somar aos 19.197 que se encontravam recenseados em 2004 naquele país. Nos círculos nacionais, 16.036 cidadãos já se recensearam.

O responsável máximo da Administração Eleitoral assegura que os resultados conseguidos se devem às condições técnicas e logísticas criadas para o efeito, bem como ao relacionamento entre a DGAE, as Comissões de Recenseamento Eleitoral em Cabo Verde e na diáspora.

A Comissão Nacional de Eleições está também a supervisionar o processo de recenseamento e a perspectivar a montagem do próximo acto eleitoral. Depois de ter visitado São Tomé e Príncipe, França e Luxemburgo, o presidente da CNE, Bartolomeu Va-

rela, chefia uma delegação que inicia, a partir de 1 de Agosto próximo, uma visita de trabalho de uma semana aos Estados Unidos da América, a que se seguirá uma outra, de igual duração, a Portugal. A missão tem como propósito contactar os serviços diplomáticos e consulares de Cabo Verde, o CRE, os representantes dos partidos políticos e cidadãos eleitores naqueles dois países, no âmbito dos preparativos para as eleições legislativas e presidenciais de 2006.

Conforme o programa elaborado, a comitiva encabeçada por Varela prevê sessões de esclarecimento com os cidadãos sobre o próximo acto eleitoral, verificar a regularidade do processo de recenseamento, o funcionamento das entidades recensoras, contribuir para superar eventuais dificuldades e constrangimentos na actuação das entidades interveni-

entes no processo de preparação das eleições de 2006. Varela pretende ainda ajudar na montagem de um sistema seguro, transparente e eficaz de apuramento dos resultados, avaliar os mecanismos de distribuição dos materiais destinados às operações de voto e preparar a designação dos delegados da CNE no país e no estrangeiro. Isto para além de concertar com os intervenientes no processo eleitoral os princípios a observar na designação dos membros das missões e postos de recenseamento, bem como na composição e localização das mesas e assembleias de voto.

A par de uma outra deslocação a Angola programada para meados deste mês, a agenda de visitas da CNE inclui, também, até Setembro do ano em curso, contactos, com objectivos idênticos, nos diversos círculos eleitorais do país.

Os deputados e o governo debatem, hoje, o estado da nação, o último deste mandato. Tudo aponta para uma discussão acesa entre a situação e a oposição sobre o que foi ou não feito nestes cinco anos de governo tambarina, com José Maria Neves à testa do barco. Da parte ventoinha, Agostinho Lopes irá procurar pintar de negro estes cinco anos, em que a economia cresceu a uma média de 5,6%, abaixo dos 8,3% verificados no segundo mandato do MpD, ainda que a nível das finanças públicas o país tenha voltado a encontrar o rumo e a credibilidade junto dos seus principais parceiros externos. Mas não é só disso que os deputados irão falar, certamente.

Por: JOSÉ VICENTE LOPES



Estado da nação, último embate

O governo e a oposição debatem hoje, 29, o último estado da nação desta legislatura, marcando assim a contagem decrescente para as eleições de 2006. Economia, finanças públicas, infra-estruturas, emprego, educação, saúde, juventude, segurança social, reforma do Estado e política externa são, à partida, as grandes áreas em torno das quais deve girar a discussão de hoje. O governo vai, certamente, destacar o trabalho feito a nível da estabilidade macro-económica, em especial o saneamento das finanças públicas, as obras realizadas e em curso a nível dos aeroportos e estradas, o desbloqueamento das carreiras a nível da administração pública, em especial do professorado e do sector da saúde, etc.

E, no campo externo, a mobilização de recursos do MCA, Banco Mundial, União Europeia e de outras instituições internacionais, bem como as conquistas a nível da navegação marítima (IMO) e aérea (categoria um e ETOPS), a graduação deste arquipélago a País de Desenvolvimento Médio... E, em suma, a cereja no bolo de José Maria Neves, o governo chega a este debate com a inclusão de Cabo Verde no topo do ranking do Banco Mundial como o país mais bem gerido de África, destruindo "habitués" como a África do Sul, Maurícias e Seychelles.

Em contrapartida, a oposição, em especial o MpD, deve eleger como ponto forte do seu discurso o nível do crescimento da economia, que na segunda metade dos anos 90 apresentou uma média de 8,3% e baixou para 5,6%, entre 2001 e 2004, ainda que o panorama esteja longe do que se pensava inicialmente. Isto porque, com a actualização dos dados, por parte do INE, constata-se que o PIB tem vindo a ser corrigido em alta. Ainda assim, o MpD não vai deixar de pôr o dedo nesta ferida, salientando o facto de o país ter perdido o embalo em que se encontrava.

Os ventoinhas também entendem que o discurso dos "cofres vazios", proferido no início deste governo, não contribuiu para consolidar o investimento externo, havendo ilhas – São Vicente, por exemplo - ,

onde o recuo do sector fez aumentar o desemprego. (Só a meio do mandato o quadro pareceu mudar, com os investimentos do turismo no Sal e Boa Vista, sobretudo, que se apresentam em alta neste momento, segundo dados da agência CI.)

Desemprego é, aliás, um dos pratos-fortes da oposição, até porque é tido pela generalidade dos cabo-verdianos como o problema mais grave do país, a par da pobreza. E, fazendo eco a esse sentimento, o MpD acusa o PAICV de ter falhado redondamente, quando prometeu aos jovens mais e melhor emprego, mais e melhor formação, e em vez disso, segundo Ulisses Correia e Silva num contacto com este jornal, "o que se vê é o aumento de um quadro de dificuldades". "Há uma grande demanda de emprego na sociedade cabo-verdiana e não há capacidade de resposta por parte do governo", lamenta.

No entanto, os últimos dados relativos ao desemprego referem que o país chegou ao ano 2000 com uma taxa de 21,7%, que se fixou em 18,9% em 2003, desconhecendo-se desde então os valores seguintes por inoperacionalidade do observatório do IIEFP. E, neste breu, enquanto o MpD chuta o desemprego para 30%, gente do governo acredita que o nível actual está bem abaixo dos 20%, não só devido às grandes obras públicas em curso, como também ao facto de os operadores privados, especialmente no Sal e na Boa Vista, enfrentarem dificuldades para encontrar mão-de-obra para os seus empreendimentos.

REFORMAS

Num sistema como o cabo-verdiano as grandes transformações acontecem, sobretudo, pela via das reformas. No campo da economia e finanças, o PAICV apresenta no seu saldo a introdução do IVA, a nova orgânica do BCV, além de um conjunto de medidas fiscais e financeiras, algumas das quais permitem hoje a Cabo Verde acalentar o sonho de ser uma plataforma ou praça financeira internacional. Isto apesar do tempo que se levou para desenhar a Bolsa de Valores, cujo futuro depois de

estar muito tempo em banho-maria, ainda não se encontra de todo operacional.

No campo social, ainda que pálidas, o governo tem a seu favor as alterações introduzidas na previdência social, o aumento exponencial das pensões dos reformados e, entre outros, a recuperação de algumas infra-estruturas que estavam votadas ao abandono, sendo disso exemplo a Granja de São Filipe, agora transformada em centro de recuperação de toxicodependentes. Por realizar, ou aprofundar, restam a reforma da legislação laboral, o sistema de previdência social, a eterna administração pública e a energia, situações estas que levam Ulisses Correia e Silva a acusar este governo de ter "uma ausência clara de reformas", minimizando o que se fez, nomeadamente, no sector financeiro.

A nível da educação, a actualização das propinas e a suspensão das grávidas foram as medidas mais mediáticas destes cinco anos, dada a polémica que as acompanhou. O governo conseguiu, aqui, pôr em prática o princípio da autonomia financeira das escolas, bem como dar um novo fôlego às cantinas escolares, programa este que se encontrava em risco com a retirada dos parceiros, entre eles o PAM, que, entretanto, com esta governação, aceitou protelar a sua decisão por mais alguns anos.

Mais uma vez, no extremo oposto, encontra-se a oposição, para quem algumas das medidas adoptadas pelo executivo no ensino e outros sectores sociais contribuíram para afastar as crianças das escolas, fora os níveis de reprovação que consideram altos. Ulisses Correia e Silva cita o ICS, segundo o qual o número de crianças nas ruas aumentou de 440 (em 2002) para 661 (em 2004), o que, somado ao desemprego, o leva a concluir que "a situação económica e social é preocupante".

A nível da justiça, ainda que tenha encontrado o processo encaminhado, foi neste mandato que se aprovou o novo Código Penal e, mais recentemente o novo Código do Processo Penal, também se melhorou o sector de registos, notariado e identificação, o que veio facilitar não só a vida ao cidadão comum, como também aos ope-

radores no registo das suas empresas e outros actos cartoriais.

A nível da administração pública, no geral, são parcos os resultados, sobretudo quando por reforma se entende a desburocratização e uma melhor eficiência e atendimento dos serviços do Estado. Por exemplo, apesar de transformada no ex-libris dessa política, a Casa do Cidadão continua no campo das intenções. Aqui o oásis é o NOSI.

A frente externa é apontada como uma das áreas onde esta governação, no geral, se saiu muito bem. Normalizou as relações com o FMI, Banco Mundial, União Europeia, que estavam em estado crítico no final da gestão ventoinha, e ensaiou uma maior aproximação à UE e à Nato, a ponto de Cabo Verde ser palco de acções de treinamento dessa entidade de defesa ocidental, pela primeira vez, no continente africano, em 2006. E, como prémio do seu desempenho, o país conseguiu os 110 milhões de dólares do MCA, quando é sabido a pouca fé que o MpD depositava nesse desafio por parte do governo.

Mas lá onde o governo vê recuperação da credibilidade externa do país, com o retorno de alguns parceiros e consequente aumento da ajuda, Ulisses Correia e Silva fala, com preocupação, num regresso "à era das ajudas", o que, a seu ver, é mau, porquanto o país, com os anos 90, tendia a conscientizar-se de que "o desenvolvimento é sobretudo endógeno". Por isso, para aquele deputado, "de pouco ou nada serve o MCA se os cabo-verdianos não forem capazes de transformar esse programa numa oportunidade para desenvolverem o país".

Enfim, são inúmeras as áreas que poderão merecer a atenção dos deputados, na certeza de que as posições estarão mais extremadas do que nunca. O facto deste ser o último debate do género neste mandato, é, mais do que nunca, pretexto para mais uma acirrada batalha verbal, a branco e preto. Uma discussão de surdos, onde cada um vai permanecer na sua: lá onde a situação vê avanços e progressos, a oposição entende o contrário e vice-versa. Assim se faz o debate político em Cabo Verde.

CÂMARA DA BOA VISTA VENDE TERRENOS PRIVADOS À REVELIA DOS DONOS

Espingueira ...

Correio das ilhas

Sexta-feira, 29 de Julho de 2005

Com as mãos na cabeça e os olhos rasos de água, Maria de Encarnação Rocha, 72 anos, percorre os três quartos da sua casa construídos com sacrifício - garante que carregou muita lenha na cabeça que vendia diariamente na Vila de Sal-Rei - onde trabalhadores dão os retoques finais no mais novo empreendimento turístico da ilha das dunas, o Village Agri-turística. É a primeira vez que Morgada, como é conhecida, vê de perto as obras de Espingueira. Foi levada pela reportagem d' A Semana. Ali nesses três quartos, segundo Morgada, hospedou os convivas do seu casamento, fez a sua noite de núpcias e criou doze filhos. **"Felizmente, deixaram tudo igual", desabafa.**

Por: Contância de Pina



JOSÉ DA CRUZ RAMOS



CASA COM FORNO

Os trabalhadores recebem o grupo com alguma desconfiança e continuam os seus afazeres. O problema dos terrenos não lhes diz respeito. Estão apenas a marcar o seu dia. Com desembaraço, Morgada e Celeste de Fátima Pinto, conhecida por Manjubinha, apontam as casas e citam os nomes dos antigos proprietários. *"A casa da ponta pertence ao primo do meu marido, a segunda a uma tia do marido de nome Maria Brito Cabral, que veio viver com os familiares em Espingueira e acabou por comprar a casa. Lá mais ao fundo há uma habitação, com um forno onde amassei muito pão. Vamos ver se deixaram o forno onde estava",* diz Morgada, que rejuvenesceu após pisar o solo de Espingueira.

A tristeza do primeiro impacto desapareceu e os seus olhos ganham vida. Morgada volta ao passado e fala com os antigos moradores, seus antigos vizinhos. As pernas ganham agilidade e deixa o grupo para trás. *"Ah! Aqui está o meu forno. Ainda sinto o seu calor. Este forno alimentou este povoado de pão",* exclama. Apressada, Morgada muda de lugar numa velocidade difícil de acompanhar e vai sempre tecendo comentários. *"Lá atrás daquele pequeno monte fica a nossa horta. Dali extraímos vários bidões de milho. E as cabras? Elas brilhavam de bonitas, davam muito leite, com o qual fazíamos queijo..."*

O monólogo de Morgada é acompanhado em silêncio pelo grupo, salvo pequenos comentários de circunstância. Já Celeste Pinto mergulhou no seu passado e, sem ninguém perceber, estaca na porta da casa que construiu, onde criou onze filhos e viveu mais de meio século. Ver com os seus olhos aquilo que tinha ouvido dizer, derrubou essa senhora. Foi preciso tirar Celeste da frente desta casa. *"Veja o poder. Isso é uma injustiça. Pegaram o que é nosso e não deram satisfação a ninguém. Como é possível?"*, interroga, fazendo um gesto com os braços como se quisesse abraçar o pequeno povoado de Espingueira.

Menos emotivo, José da Cruz Ramos, mais conhecido por Plote de Nha Morgada, 74 anos, lembra que encontrou uma geração à qual pertenciam os seus pais e deixou uma descendência enorme. Nessa altura, segundo Plote, as pessoas viviam da criação de gado e de pequenas hortas de onde tiravam o seu sustento. Ainda no tempo português, continua o entrevistado, um administrador quis transferir os moradores de Espingueira para Rabil, com o argumento de que esse povoado não podia oferecer nada aos seus habitantes. *"Ele dizia que precisavam tirar as pessoas de Espingueira, porque o povoado não possuía nenhuma infra-estrutura. Os moradores resistiram, embora conscientes das dificuldades que teriam de enfrentar para viver em Espingueira. Só para terem uma ideia, eu fazia o percurso Espingueira/Vila diariamente, para ir trabalhar. São mais de 30 quilómetros e fazia esse caminho a pé, ida e volta. Os nossos filhos não frequentavam a escola porque não tínhamos meios para o manter na Vila de Sal-Rei. Mas éramos felizes..."*

A independência de Cabo Verde encontrou uma boa comunidade em Espingueira, que vivia para desafiar as autoridades, a distância e as limitações naturais que obrigavam as pessoas, sobretudo as mulheres, a passar o dia à espera dos maridos que trabalhavam na Vila. Foi, aliás, por essa altura que P'lote decidiu construir casa própria em Espingueira - até então vivia na casa dos seus pais -, uma das últimas edificadas na zona. *"Casei em 1966 mas só consegui construir a minha casa, debaixo de sacrifício, em 1975. À semelhança de todas as habitações de Espingueira, a minha foi construída pelo sistema de 'troca-mon' (junta-mon) porque eu não tinha dinheiro. Mas era a mais moderna e bonita, feita de pedra branca e barro. Os quartos foram rebocados e o chão pavimentado. Era uma casa rústica igual às outras, só que*

"AVEZINHA

Aldeia autêntica, património cultural, berço da Boa Vista. Estas são algumas expressões utilizadas por naturais da ilha das dunas para descrever a povoação de Espingueira, que já foi inclusive cantada na morna "Avezinha de rapina". Exactamente por isso, há quem defenda que a vivência e a arquitectura dessa zona deveria ser recuperada e preservada.

Mas essa ideia não é de hoje. Tempos idos houve um projecto com um título pomposo, "Recuperação das Aldeias Ancestrais da Boa Vista". Os detalhes desse plano perderam-se no tempo mas, segundo um curioso da ilha contactado por esse jornal, preconizava, entre outras coisas, levar os antigos moradores para os povoados de origem. Lá, esses "naturais"

ai que pena!!!



MARIA ENCARNÇÃO

com mais comodidade”.

Pouco depois do casamento, Plote perdeu o seu posto de trabalho na Vila de Sal-Rei e as coisas complicaram-se em casa. A crise batia forte na Vila de Sal-Rei e era sentida em dobro no interior, principalmente em Espingueira. “Não havia trabalho e a chuva tardava em cair. Eu tinha mulher e doze filhos em casa à espera de uma resposta que eu não conseguia dar. A minha mulher era corajosa. Ela embrenhava-se no mato e recolhia uma espécie de cevada, que chamamos na Boa Vista de ‘potona’, e com ela garantia o sustento das crianças e dos animais”, lembra Plote com os olhos marejados de lágrimas.

Por esta altura, um amigo de Plote conseguiu-lhe um emprego provisório em João Galego. Sem alternativa, Plote alugou uma pequena casa nessa localidade e mandou buscar a família. Mas o azar voltou a bater-lhe à porta e o dono da casa exigiu-lhe a devolução das chaves. Restava a casa de Espingueira, mas a idade começava a pesar nas pernas e dificilmente aguentaria fazer o caminho entre os dois povoados. Os filhos, então crescidos - alguns já trabalhavam -, uniram-se e desafiaram o pai a construir uma pequena casa em João Galego. “Nesse ano choveu e toda a família mergulhou de cabeça na sementeira. Trabalhámos as terras de Espingueira e os resultados foram satisfatórios. Investimos o nosso trabalho nessa casa. As mulheres transportavam os materiais à cabeça - areia, pedras e cascalho - e os homens levantavam paredes. Mais uma vez, valeu-nos o sistema de troca-mon. Mas

nunca perdi a esperança de voltar a Espingueira”, revela Plote.

ITALIANOS EM CENA

A abertura política e a opção do país pelo turismo, como sector estratégico, trouxe os turistas, sobretudo os italianos, para a desértica ilha da Boa Vista. As visitas às localidades levou-os a Espingueira e o interesse foi imediato, como nos diz Plote. Foram assediados por muitos italianos, que queriam comprar as suas casas, e depois pelo próprio presidente. “Um senhor italiano, dona da empresa proprietária do hotel que estão a construir em Espingueira esteve em minha casa em João Galego e na de outros antigos moradores noutros povoados propondo compra. Eu, pelo menos, disse-lhes que não estava interessado porque pensava voltar a residir em Espingueira. Pouco depois o presidente, José Pinto Almeida, nos procurou para tentar convencer-nos a fazer o negócio com os italianos. Ele percebeu a nossa resistência mas, mesmo assim, vendeu as nossas casas, sem o nosso consentimento”, afirma José da Cruz Ramos, para quem

é incompreensível que venham agora dizer que os terrenos estavam abandonados e não tinham dono. “Então o que foram fazer na minha casa? Rir na minha cara?”, questiona.

Os proprietários das casas não foram ‘tidos nem achados’ nesse negócio e, por isso, não viram a cor do dinheiro pago pelos empresários italianos. Alertados por trabalhadores, alguns ex-moradores arriscaram uma visita às obras e aí o impacto não podia ser mais violento. “Encontrei máquinas a derrubar as casas antigas. A minha casa, que era a mais forte, servia de armazém. Os três quartos estavam abarrotados de cimento, ferro, madeira e outros materiais. Fiquei descontrolado e ordenei que retirassem tudo, caso contrário tocava fogo em tudo e ia-me entregar à Polícia. Um responsável aconselhou-me a procurar a Câmara, que vendera os terrenos”, informa Plote. E num rompante de raiva desabafa: “Injustiça ma crueldade tá gastá alguém pã denta córp, dona”.

Com o orgulho preso na garganta, José da Cruz Ramos procura José Pinto Almeida. O presidente disse-lhe que os terrenos são do Estado e que não existe nenhum documento a provar o contrário. Mesmo assim, continua o entrevistado, o presidente compromete-se a legalizar os nossos terrenos. Mas as diligências com vista à compra dos mesmos arrastam-se por tempo indeterminado. Enquanto isso, o projecto Village Agri-Turístico avança a todo vapor. “Penso que caímos no jogo do presidente da Câmara, que nos mandou chamar várias vezes à Câmara, com a promessa de nos facultar a compra e a legalização dos nossos terrenos nas Finanças. Tudo

não passou de uma estratégia para ganhar tempo, porque o presidente nem sequer se dignou a dar a cara nos encontros. Todas as vezes mandou o seu secretário para o representar e este não tinha autoridade para tomar decisões”.

Esgotadas as vias de diálogo, José da Cruz Ramos procura o Tribunal para pedir auxílio e é aconselhado a procurar um advogado e um atestado de pobreza, tendo em conta que não podia suportar os custos. Ramos faz então um relato da sua situação ao Eurico Monteiro, por escrito. “O Sr Eurico Monteiro propôs que um dos proprietários fosse à Praia para encontrar-se com ele pessoalmente ou então viria à Boa Vista. Ficámos de dar uma resposta, mas os nossos recursos são escassos e, por isso, o processo está parado”, lamenta Ramos, que teve de vender algumas cabeças de gado para dar os primeiros expedientes.

O advogado Eurico Monteiro confirma que manteve um contacto informal com pessoas de Boa Vista, possivelmente ex-proprietários dos terrenos de Espingueira. O assunto era delicado e impossível trata-lo por telefone, pelo que houve, à partida, um bloqueio porque as pessoas não tinham possibilidades financeiras para se deslocar à Capital ou suportar a visita de um advogado. Um percalço que, segundo Monteiro, não inviabiliza de todo esse processo. “Ao contrário. Não descarto a possibilidade de apoiar essas pessoas. A ausência de recursos não é um obstáculo intransponível. Primeiro vou ver se a acção é viável. Depois discutiremos o quadro em que podemos agir”, assegura este advogado.

CLARO COMO ÁGUA

Confrontado com os factos, o presidente da Câmara da Boa Vista, José Pinto Almeida garante que o “dossier Espingueira” é claro como água. “Fomos contactados por um investidor que pretendia desenvolver um projecto de ecoturismo na ilha. Tentámos identificar se esses terrenos estavam dentro do perímetro das ZRPTs, e não estavam. A Câmara vendeu esse lote ao investidor. Posteriormente familiares das pessoas que viviam nesse sítio vieram reclamar a posse desses terrenos, mas devo dizer que não estão inscritos na matriz e na Conservatória em nome dos familiares dos reclamantes”.

Entretanto, prossegue o edil, porque os reclamantes viveram em Espingueira, a Câmara fez uma nova configuração dos terrenos e deliberou atribuir a essas pessoas outros lotes a título gratuito, uma forma de resolver o problema, mas os ex-moradores recusaram. “Pensamos que por de trás de tudo isso, há outros interesses. Esses terrenos estão abandonados há mais de 15 anos. Se reclamam o direito à usucapião, não deveriam ter abandonado os lotes, pois essa figura só se aplica quando a ocupação é permanente, contínua e pública”, indica Almeida, que se mostra tranquilo e sem receios do tribunal.

Um jurista consultado por A Semana mostra que, em Direito, as coisas nunca são lineares como Pinto Almeida quer fazer parecer. “A prova documental não é a única aceite num tribunal. É possível recolher testemunhos vivos de pessoas, que possam atestar que os reclamantes são, de facto, os verdadeiros proprietários dos terrenos, sobretudo se havia ainda casas de pé. Neste caso, houve uma clara violação do direito de terceiros. Por outro lado, invocar abandono parece-me um argumento fraco, se havia casas”, observa a nossa fonte, para quem a Câmara só pode apropriar-se de um terreno abandonado, caso este for baldio, isto é, não possuir construções, ainda que deterioradas.

E a lei de Usucapião de Imóveis, secção II, artigos 1290 a 1294, segundo este causídico, dá aos antigos proprietários dos terrenos de Espingueira respaldo neste processo. A título de exemplo, o artigo 1293, sobre a falta de registo, reza que “Não havendo registo do título nem da mera posse, a usucapião só pode dar-se no termo de quinze anos, se a posse for de boa fé, e de vinte anos se for de má fé”. Por tudo isso, conclui, essas pessoas devem ser compensadas, não apenas com um terreno gratuito, mas com uma casa.

DE RAPINA”

dariam corpo a um projecto de turismo sustentável. Os visitantes acompanhariam o dia-a-dia dos moradores, a lavoura, a criação de animais, a confecção do famoso queijo da Boa Vista. “A ideia era recuperar as casas para acolher os turistas que querem conhecer as profundezas da ilha, ou seja, o modo de vida, a alimentação e a cultura no seu habitat natu-

ral. Tornar-se-iam aldeões por um dia, por exemplo”, diz.

Infelizmente para os boavistenses, o projecto esbarrou exactamente nos receios dessas pessoas, que temiam que as suas casas pudessem ser “nacionalizadas” pelo turismo.

CP

PAICV analisa o dossier do vereador Mário Matos

“Perda de mandato está posta de lado”

A perda de mandato do vereador Mário Matos, na Câmara Municipal de São Vicente, está posta de lado. A afirmação é do líder local do PAICV, João do Carmo, para quem o assunto esteve em análise no encontro da semana passada do Secretariado-Executivo do Conselho do Sector. Esta posição dos tambarinas coincide com a do jurista Armindo Gomes, segundo a qual a suspensão do mandato de Mário Matos por mais de 365 dias não tem qualquer consequência política, salvo a sua substituição pelo nome imediatamente a seguir na lista.

O presidente da Comissão Política Regional do partido que sustenta o governo assegura que a matéria da perda de mandato de Mário Matos esteve em debate na reunião da semana passada do SE do Conselho do Sector. João do Carmo salienta, porém, tratar-se de um assunto complexo, que requer uma assessoria jurídica à altura. “Mas politicamente, está posta de lado a perda de mandato do vereador Mário Matos. Os três mandatos do PAICV estão preenchidos e o lugar de Matos vem sendo ocupado, desde as últimas eleições, pelo eleito António Delgado”.

Carmo fez questão de realçar que tais vereadores vêm cumprindo cabalmente as funções para as quais foram eleitos. “Os vereadores do PAICV vêm participando em todas as sessões do executivo camarário, têm cumprido as suas funções e feito uma oposição construtiva na

Câmara Municipal de São Vicente”.

Mário Matos, que se recusa por ora a falar do assunto, suspendeu, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 59º da Lei n.º 134/II/95, o seu mandato por mais de 365 dias, provavelmente por incompatibilidade com a suas funções de Deputado da Nação. Ou seja, para o jurista Armindo Gomes, a perda de mandato naquelas circunstâncias não terá nenhuma consequência política, que não seja a de substituir Matos pelo nome imediatamente a seguir, já que os vereadores foram eleitos através de uma lista de candidatos apresentada ao sufrágio.

O causídico fez questão de frisar que o caso de perda de mandato por suspensão de funções só tem efeito para os titulares que, nos termos da alínea e) do citado diploma, forem condenados por crime punível com pena de prisão superior a dois anos. Este aspecto está bem



especificado no artigo 61º da lei que vimos citando. “Os membros dos órgãos municipais que perderem o mandato nos termos da alínea e) do artigo 59º ficam impossibilitados de exercer cargos políticos por um período de 5 anos”.

A renúncia de mandato é, no entanto, uma figura diferente da de suspensão do mandato. É que, conforme o artigo 57º da Lei n.º 134/II/95, os membros dos órgãos municipais que renunciarem ao mandato não podem concorrer às eleições subsequentes que se destinam a completar o mandato dos anteriores eleitos, nem nas eleições que iniciem o novo

mandato.

Compete, porém, aos Tribunais declarar a perda de mandato, precedida obrigatoriamente de uma audiência do interessado. A interposição de recurso no caso de declaração de perda de mandato implica, segundo a legislação em vigor, a suspensão do mandato do recorrente até à decisão final. O processo de perda de mandato é regulamentado por Decreto-Regulamentar, tem carácter urgente, deve ser baseado no princípio da sumariedade e está isento do imposto de justiça, salvo ocorrência de má-fé.

ADP

Futuro do PCD sobre a mesa

Desaparecimento ou refundação

O Partido da Convergência Democrática vai retomar hoje, 29, a partir das 19 horas no Palácio da Cultura Ildo Lobo, na Praia, a reflexão sobre o seu futuro. Sobre a mesa estarão várias teses, que vão desde a inviabilidade do projecto PCD, passando pela sua continuidade ou refundação, em moldes e base organizacionais diferentes. Para desenvolver esses cenários estarão frente a frente Eurico Monteiro e Jorge Carlos Fonseca, o ex-presidente e ex-vice-presidente do PCD.

Depois do recente debate animado por João de Deus Carvalho Silva e António Maurício Santos, dirigentes e membros do Partido da Convergência Democrática vão retomar hoje, na Capital, a reflexão sobre o futuro do partido. Desta vez vão estar em debate várias ideias, a serem lançadas por Eurico Monteiro e Jorge Carlos Fonseca.

O líder histórico dos laranjas, Eurico Monteiro, diz que agora o que importa é analisar as teses sobre o futuro incerto do PCD, para suscitar uma reflexão e posterior tomada de decisão, nos órgãos próprios da organização. Eurico Monteiro salienta

o que na sua perspectiva como cenários possíveis. “O primeiro assenta na inviabilidade do projecto político do PCD, em face da excessiva bipolarização da sociedade cabo-verdiana e do uso excessivo do voto útil”.

Já o segundo cenário, segundo Monteiro, assenta no pressuposto de que o projecto político é viável na sua actual configuração, devendo, contudo, haver mudanças operacionais na prática política, aprimorando-se a organização. “O terceiro, que é uma espécie de meio termo entre os dois cenários anteriores, vai no sentido de que o projecto político precisa de ser reformulado e sustentado por uma outra base organizacional”.

Jorge Fonseca diz, por seu turno, que vai também analisar, no encontro de hoje, as várias hipóteses quanto à continuidade ou não do PCD. Fonseca avança que, à partida, o quadro actual é desfavorável a partidos como o PCD, porquanto prevê uma disposta renhida entre o PAICV e o MpD nos próximos actos eleitorais. “E se até Setembro o PCD não dispuser de uma liderança capaz, as coisas po-

dem tornar-se mais difíceis”.

Diante da situação acima descrita, JF sustenta que o Partido da Convergência Democrática tem uma outra possível saída, que é a de estabelecer alianças antes ou depois das próximas eleições gerais, preferencialmente com o MpD, como chegou a ser aventado nas últimas disputas autárquicas.

O político salienta, por outro lado, que o partido deverá ponderar se desiste de concorrer às legislativas de 2006, uma decisão que, conforme ele, poderá, no entanto, ser perigosa para a sua sobrevivência enquanto organização política. “O ideal para o PCD seria concentrar esforços em torno de 3 ou 4 círculos eleitorais, estabelecer metas concretas e trabalhar com paciência e a prazo no sentido de atingir os objectivos definidos”.

Ainda assim, Jorge Fonseca admite que o PCD poderá trabalhar para ocupar o espaço político constituído por 48% dos cidadãos nacionais que, segundo a recente sondagem da Afro-barómetro, não se identificam nem com o PAICV nem com o MpD.

ADP

Estudante cabo-verdiano desaparecido no Brasil

“Não suporto outra morte”

Teresa Sequeira, 42 anos, mãe de Jairson Andrade (foto) Sequeira, o estudante de 24 anos que está desaparecido desde o dia 21 de Julho, está desesperada com a falta de informações do Brasil. Recebeu a notícia na terça-feira, 26, pela voz do cônsul de Cabo Verde e não se conforma. Mas ainda mantém uma res-tícia de esperança, de que o seu primogénito esteja bem, principalmente porque, frisa, “*não aguentarei outra morte. Há apenas um ano que enterrei um filho de 18 anos que, infelizmente, tinha um problema de saúde*”.

Oficialmente o ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos (MEVRH) não recebeu nenhuma comunicação sobre o desaparecimento de Jairson Sequeira. Entretanto, Teresa Sequeira, a mãe, indica que recebeu um telefonema do consulado de Cabo Verde no Rio de Janeiro. “*O Cônsul, Pedro António dos Santos, telefonou-me para avi-*

sar que há quatro dias que o meu filho não aparece no apartamento onde reside, e os colegas não o conseguem localizar”, afirma Teresa Sequeira, que não vê o filho há quatro anos, ou seja, desde que saiu de Cabo Verde.

É que, frisa, enquanto servente do Hospital Baptista de Sousa em São Vicente, nunca teve dinheiro para facultar umas férias ao filho. “*Jairson sempre teve boa cabeça para a escola. O seu curso, Administração, é de cinco anos, mas ele conseguiu antecipar o término e deveria vol-*



tar para Cabo Verde em Janeiro de 2006. Nos últimos dias fiquei preocupada, porque ele me disse que estava a fazer um tratamento por causa de fortes dores de cabeça”. Mas o filho tranquilizou-a, “dizendo que as dores resultavam do stress acumulado por causa da monografia. Como não podia

fazer nada, pedi a Deus que lhe desse saúde”.

Ao descrever o filho Jairson, Teresa Sequeira não consegue esconder a emo-

ção. “*É um filho querido, apesar de ter nascido quando eu tinha apenas 17 anos. Relaciona-se com facilidade com as pessoas. Gosta de se divertir, mas nunca sai de casa sem dizer para onde vai. Jairson é a minha esperança num futuro melhor, para mim e sobretudo para o seu irmãozinho de quatro anos*”.

Mas as notícias que vêm do Brasil não são nada animadoras. Segundo Odair Santos, porta-voz dos estudantes, embora os colegas, se tenham mobilizado para, percorrer todos os lugares, desde hospitais, delegacias de polícia e o Instituto Médico Legal, ainda não obtiveram qualquer sucesso na sua busca por Jairson.

Bidjay, como era conhecido, frequentava o último ano de Administração na Universidade Santa Úrsula. Fez a sua formatura em Março último e deveria entregar a sua monografia agora no final deste semestre. O regresso a Cabo Verde estava previsto para Janeiro. CP

Duas viaturas quebradas num ajuste de contas



As duas viaturas da foto foram vandalizadas na madrugada de domingo, 24. Os carros encontravam-se, como habitualmente, à porta da casa da tia do dono, na zona do Supupira, quando os familiares foram acordados por um grande estrondo. Resultado: pára-brisas quebrados.

O proprietário dos dois carros já deu queixa na polícia e fala em tentativa desesperada de ajuste de contas na sequência de um artigo publicado na última edição deste jornal, e que continha ameaças veladas dirigidas ao proprietário das viaturas ora vandalizadas.

Quanto aos autores materiais deste acto ninguém sabe deles. “*Não deu para ver, porque após o estrago puseram-se logo em fuga*”, explica o dono das viaturas que promete agir junto dos tribunais, para que a justiça seja feita.

Pena é que se efectivamente a destruição das duas viaturas se deve a algum artigo de **A Semana**, o mandante do crime esco-

lheu o alvo errado, pois o proprietário dos carros nada tem a ver com nenhum artigo publicado por **A Semana** nos últimos tempos. Em nenhum momento **A Semana** viu, falou ou trocou impressões com essa pessoa que não foi fonte para artigo algum. E lamentamos que agora esteja a ser prejudicada por simples suposições.

Fazendo votos para que este ‘sinal’ fique por isso mesmo, **A Semana** lamenta que alguém ‘pague’ por um caso em que não está minimamente envolvido. De facto, não há qualquer artigo publicado na edição 723, que tenha na sua origem ou no produto final, o contributo da agora vítima deste acto de vandalismo.

O proprietário das viaturas, de marca toyota, que quer ver o caso resolvido o mais depressa possível, já apresentou queixa à polícia que, neste momento, procede às averiguações. E o caso pode acabar no tribunal..

O governo, através do Ministério do Trabalho e Solidariedade, está a proceder a uma reforma profunda do sistema cabo-verdiano de protecção social em regime não contributivo (RnC). Assim a Pensão Social Mínima (PSM) e a Pensão de Solidariedade Social (PSS) vão sofrer uma autêntica revolução. O processo que começa com o alargamento gradual da protecção aos cabo-verdianos pobres e vulneráveis com mais de 60 anos de idade culminará com a montagem de uma Central Nacional para gerir o sistema.



Reforma e alargamento do regime das pensões

O regime não contributivo da protecção social em Cabo Verde está a conhecer uma reforma profunda. O RnC abrange, neste momento, cerca de 16 mil beneficiários, da Pensão Social Mínima e da Pensão da Solidariedade Social. O ministro do Trabalho e da Solidariedade avança que ao introduzir estas mudanças, o governo quer reestruturar, desenvolver e consolidar o sistema de protecção social vigente, combater a pobreza e exclusão social e melhorar a capacidade de intervenção das instituições que actuam no sector.

Além de três mil novos beneficiários, cujos processos se encontram na recta final, Sidónio Monteiro anuncia que o executivo já assumiu o princípio de alargar, gradualmente, o regime não

contributivo de protecção social a todos os cabo-verdianos pobres e vulneráveis, com idade superior a 60 anos. O governante salienta que, no tocante à PSM - que evoluiu de 1300\$00 para 3000\$00 a cada assistido -, o Estado tem, neste momento, um encargo mensal de 19.542 contos. A nível da PSS (3.150\$00) a despesa mensal atinge os 29.840 contos e abrange essencialmente os antigos trabalhadores das FAIMO.

Para fazer todas essas mudanças, o MTS, segundo a Directora-Geral da Solidariedade, levou a cabo um estudo sobre as Pensões do RnC. Este estudo não só fez um diagnóstico aprofundado da situação actual do sistema das pensões, com destaque para as insuficiências e disfunções existentes, como passou a

pena fino as pensões, desde a forma como estão organizadas e o processo de selecção dos beneficiários à análise das modalidades de pagamento e ainda lançou pistas para o novo sistema. Assim, agora o MTS pode caracterizar o perfil dos assistidos, criar uma base de dados e lançar um plano de formação para o pessoal que deve assegurar a gestão do Regime Não Contributivo. E surge a ideia de montar uma Central Nacional das PSS e PSM, enquanto novo modelo institucional para gerir o dito esquema de protecção social. Os mecanismos de sustentabilidade financeira do RnC? Impostos e outras fontes de financiamento a serem contempladas no OGE.

A reforma do regime não contributivo inclui, por outro lado, um novo mo-

delo de cartão de identificação dos beneficiários das PSS e PSM, enquanto instrumento de controlo e de acesso a serviços e prestações sociais garantidos por lei. Contempla também a revisão dos protocolos que regulam a descentralização dos Serviços Municipalizados da Promoção Social.

Estas mudanças todas enquadram-se, segundo conclui Ana Morais, num pacote de medidas que vêm sendo implementadas, com destaque para o estabelecimento da Carta Social e a Estratégia de Desenvolvimento da Protecção Social em Cabo Verde, propostas que deverão ser apreciadas e aprovadas brevemente em Conselho de Ministros.

Alírio Dias de Pina

DIRECTOR DA "RIBEIRINHA" RETIRADO DO CARGO

Inquérito à cadeia de S. Vicente

Sujeito a um inquérito pelo Ministério Público, António Fonseca foi esta semana demitido do cargo de director da cadeia central da Ribeirinha e substituído por José Joaquim Gomes, quadro dos serviços penitenciários. Sub-chefe do corpo da Guarda Prisional, José Joaquim foi designado para liderar uma equipa de três pessoas que vai assegurar a gestão da cadeia de S. Vicente, por um período de apenas três meses.

Segundo Elísio Semedo, a substituição de António Fonseca nada tem a ver com o inquérito mandado instaurar pelo Ministério da Justiça e que corre os seus trâmites na Procuradoria da República do Mindelo. Aliás, o director dos serviços penitenciários garante que os resultados dessa investigação ainda não foram comunicados à instituição prisional que

dirige.

"As mudanças que implementámos nos estabelecimentos prisionais visam refrescar as direcções, gerar uma nova dinâmica de gestão e têm também a ver com questões de segurança", explica Semedo, garantindo que José Joaquim foi designado e não nomeado como director da cadeia de Ribeirinha. "Existem determinados requisitos que têm de ser cumpridos no tocante à escolha do director de uma cadeia central. Mais tarde iremos solucionar essa questão", acrescenta Elísio Semedo.

Os motivos que determinaram a instauração do inquérito à gestão de António Fonseca não foram especificados, contudo consta que tiveram como base denúncias contidas numa carta anónima e que apontam para supostos actos de corrupção. O certo é que a Polícia

Judiciária se encontra envolvida nessa investigação, embora não tenha deixado transpirar nenhum dado para a imprensa sobre o caso.

Postura parecida teve o ex-director da cadeia de Ribeirinha, o visado António Fonseca, embora tenha confirmado sem problemas, tanto a notícia da sua substituição como a que dá conta da instauração do inquérito. Este tem o objectivo de, segundo as suas palavras, abordar o esquema de funcionamento da referida cadeia. Fonseca, que esteve como director deste estabelecimento prisional de São Vicente por quatro anos, evitou também tecer comentários quer sobre o inquérito quer sobre a sua demissão. Apenas avançou que o inquérito já está ultimado e que aguarda o resultado do mesmo.

Kim-Zé Brito